

APRESENTAÇÃO

Empreendemos a tarefa de procurar, entre as sociedades políticas, a melhor para os homens, os quais têm, aliás, todos os meios de viver segundo a sua vontade. Devemos, pois, examinar não só as diversas formas de governo em vigor nos Estados que passam por ser regidos por boas leis, mas ainda as que foram imaginadas pelos filósofos, e que parecem sabiamente combinadas. Faremos ver o que elas têm de bom e de útil, e mostraremos, ao mesmo tempo, que, procurando uma combinação diferente de todas elas, não pretendemos mostrar sabedoria, mas que o vício das constituições existentes a isso nos compele.

(Aristóteles - 384-322 a.C., *Política*, II, 1, § 1)

1. A CONFERÊNCIA DAS CIDADES

1.1. O que é a Conferência das Cidades

A 2ª Conferência Nacional das Cidades faz parte de um processo que tem uma grande responsabilidade histórica: definir, de forma democrática, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Trata-se do instrumento que norteará as ações dos poderes públicos, de forma coordenada e com efetiva participação popular, para reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir uma Cidade para Todos. Seu lema é "Reforma Urbana: Cidade para Todos" e seu tema: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano".

A construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU teve seu passo inicial em 2003, na 1ª Conferência Nacional das Cidades, quando foram definidos os seus princípios e diretrizes pelos 2.510 delegados eleitos nas conferências realizadas em todo o país. Durante 2004, o Conselho das Cidades debateu e aprovou as diretrizes para as principais políticas temáticas consideradas estruturantes do espaço urbano e de maior impacto na vida da população: habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito, planejamento territorial urbano e questão fundiária. A 2ª Conferência Nacional das Cidades é precedida por conferências municipais/regionais e conferências estaduais, que deverão formular propostas e referentes aos temas.

Em 2003, atendendo à convocação do Ministério das Cidades, municípios e estados do Brasil se mobilizaram para realizar etapas preparatórias para a 1ª Conferência Nacional das Cidades. No Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro diversos municípios se articularam de forma inédita para realizar uma Conferência Regional, na qual pudessem tratar em conjunto dos problemas comuns da gestão urbana. Esta parceria está sendo reeditada com sucesso em 2005, com a participação de sete municípios que preliminarmente estão realizando conferências municipais nas quais tratarão de questões locais e formularão propostas para as etapas regional, estadual e nacional.

1.2. Conferências Municipais

A construção das propostas para a 2ª Conferência Nacional das Cidades se inicia nos municípios. No Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, durante os meses de junho e julho os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Niterói, Cachoeiras de Macacu e Maricá realizaram suas conferências nas quais foram eleitos delegados tanto para a etapa regional como para a estadual. As propostas emanadas de cada uma destas conferências podem ser consultadas nas páginas oficiais de cada prefeitura e na página do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

1.3. Conferência Regional das Cidades do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro

A 2ª Conferência Regional das Cidades do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro reúne sete municípios: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Rio Bonito, e. Foi organizada

por uma comissão preparatória de 28 integrantes, representando seis segmentos das cidades participantes. Esta comissão aprovou o Regimento Interno, preparou a minuta de Regulamento que será votada pela Plenária de Abertura e tomou todas as demais providências para organização e mobilização, incluindo a definição de data e local. É recomendável que cada um dos sete municípios que vão participar da II Conferência Regional do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro defina uma data para a realização de uma reunião preparatória dos delegados regionais para apresentação do presente texto base, da metodologia da conferência e dos delegados por segmento.

1.4. Programação

12 DE AGOSTO - Casa da Amizade do Rotary Clube, Rua Desembargador Ferreira Pinto

10h00/12h30 - Sessão solene de abertura e início do cadastramento dos delegados

14h00/17h00 - Plenária de abertura: Apresentação do texto base, leitura do regimento e aprovação do regulamento

20 E 21 DE AGOSTO - CIEP Elias de Miranda Saraiva, Av. 22 de Maio.

20 DE AGOSTO

8h30/12h30 - grupos de trabalho

14h00/18h00 - grupos de trabalho

21 DE AGOSTO 8h30/12:30 e 14h00/17h00 - Plenária de Encerramento

1.5. Cronograma geral

Conferências Municipais: Foram realizadas de **03 de junho** até **31 de julho** nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Maricá.

A 2ª Conferência Regional das Cidades do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro será realizada em Itaboraí nos dias **12, 20 e 21 de agosto**.

A 2ª Conferência das Cidades do Estado do Rio de Janeiro será realizada no Complexo Esportivo Caio Martins, Rua Presidente Backer, Niterói, nos dias **30 de setembro e 1º e 2 de outubro**.

A 2ª Conferência Nacional das Cidades será realizada em Brasília nos dias **30 de novembro, 1º, 2 e 3 de dezembro**.

1.6. Temário da Conferência Regional

A Conferência das Cidades deve debater, em todas suas etapas, a construção da política nacional de desenvolvimento urbano, através de quatro temas de debate considerados pelo Conselho Nacional das Cidades os grandes desafios para a implantação dessa política nacional: **Participação e controle social, Questão federativa, Política urbana regional e regiões metropolitanas e Financiamento do desenvolvimento urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal**. A estes temas foram agregadas questões de caráter regional, resultando em 4 Grupos de Trabalho:

- **Participação e controle social: Instrumentos de gestão democrática.**
- **Questão federativa, Implementação e efetividade de políticas públicas.**

- Política urbana regional e regiões metropolitanas e Planos Diretores.
- Financiamento do desenvolvimento urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal e Desenvolvimento Regional Sustentável

1.7. Objetivos da Conferência Regional

- I. Avaliar a efetivação das propostas encaminhadas pela I Conferência das Cidades na consecução das políticas públicas locais.
- II. Debater, em Grupos de Trabalho, levando em conta a avaliação do item anterior, novas proposições, apontando 10 (dez) diretrizes prioritárias para a política regional sobre cada tema.
- III. Formular três propostas para cada um dos 4 temas do texto base, de forma a contribuir com o debate nas Conferências Estadual e Nacional, levando em consideração as propostas emanadas das conferências municipais do Leste Metropolitano
- IV. Aprovar, em plenário, as diretrizes e propostas elaboradas pelos grupos de trabalho.

1.8. Como participar?

A Conferência Regional é organizada por uma Comissão Preparatória cuja composição atende o disposto no Regimento da Conferência Nacional das Cidades. Além de preparar o texto base, esta Comissão tem a responsabilidade de promover a mobilização de todos os segmentos sociais para participar da Conferência.

1.8.1. Segmentos e quantidade de delegados na Conferência das cidades do eixo leste metropolitano

| Segmento | Total | % | Delegados na Conferência Regional por município e por segmento | | | | | | |
|-----------------------------------------------|------------|-------------|----------------------------------------------------------------|------------|-----------|-----------|--------------|------------|-----------|
| | | | São Gonçalo | Niterói | Itaboraí | Maricá | C. de Macacu | Rio Bonito | Tanguá |
| Poder Executivo | 186 | 42,3% | 71 | 42 | 23 | 14 | 11 | 11 | 11 |
| Poder Legislativo | 93 | | 35 | 21 | 11 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| Movimentos sociais e populares | 176 | 26,7% | 67 | 40 | 21 | 13 | 11 | 11 | 11 |
| Empresários ligados ao desenvolvimento urbano | 66 | 9,9% | 25 | 15 | 8 | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Trabalhadores através de entidades sindicais | 66 | 9,9% | 25 | 15 | 8 | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Entidades profissionais, acad. e de pesquisa | 39 | 6% | 15 | 9 | 5 | 3 | 2 | 2 | 2 |
| ONGs com atuação na área | 27 | 4,2% | 10 | 6 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Conselhos Federais | 7 | 1% | 2 | 2 | 1 | 1 | - | - | - |
| Total de delegados eleitos | 640 | 100% | 250 | 150 | 80 | 50 | 40 | 40 | 30 |

Importante, portanto, que cada segmento se organize, de forma a participar de todos os 4 grupos de trabalho.

1.8.2. Segmentos e quantidade de delegados do eixo leste na Conferência Estadual das Cidades

| Segmento | Total | % | Delegados na Conferência Regional por município e por segmento | | | | | | |
|-----------------------------------------------|------------|-------------|----------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------------|------------|-----------|
| | | | São Gonçalo | Niterói | Itaboraí | Maricá | C. de Macacu | Rio Bonito | Tanguá |
| Poder Executivo | 38 | 42,3% | 17 | 8 | 4 | 3 | 2 | 2 | 2 |
| Poder Legislativo | 18 | | 08 | 4 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Movimentos sociais e populares | 44 | 26,7% | 20 | 10 | 5 | 3 | 2 | 2 | 2 |
| Empresários ligados ao desenvolvimento urbano | 15 | 9,9% | 6 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Trabalhadores através de entidades sindicais | 15 | 9,9% | 6 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Entidades profissionais, acad. e de pesquisa | 10 | 6% | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| ONGs com atuação na área | 5 | 4,2% | 2 | 1 | 1 | 1 | - | - | - |
| Conselhos Federais | 2 | 1% | 1 | 1 | - | - | - | - | - |
| Total de delegados eleitos | 147 | 100% | 63 | 32 | 17 | 11 | 08 | 08 | 08 |

O número de delegados por município para a Conferência das Cidades do Estado do Rio de Janeiro obedece ao Anexo do Regimento Interno. Os percentuais por segmento foram calculados de acordo com o número total de delegados da Conferência, e não apenas em função das delegações por município.

Mas, se você não é delegado, saiba que todos os cidadãos podem participar da conferência como observadores com direito a voz.

2. TEMAS PARA DEBATE NA 2ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES

A iniciativa do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, de implementar o processo da Conferência das Cidades, construído a partir dos municípios e desenvolvendo-se até chegar à formulação de políticas públicas, foi um marco que deu início a uma grande transformação que conta com o Conselho Nacional das Cidades como instrumento de participação da sociedade nesta construção.

Mais uma vez o texto base que as cidades do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro apresentam constitui-se em um somatório de informações de visões da realidade regional, que pretende apenas contribuir para uma grande discussão iniciada em 2003 e que hoje se materializa no Consórcio Leste Fluminense

O principal subsídio que podemos apresentar para a discussão é o próprio texto base distribuído pelo Ministério das Cidades com o objetivo de Construir a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para um processo que já em seu postulado inicial anuncia a "construção de uma política democrática e integrada para as cidades". Mas do que um tema, este é um desafio que temos a obrigação de vencer. Nosso esforço se torna mais consistente na medida em que entramos neste processo juntos, objetivando uma nova abordagem das questões

metropolitanas perseguindo o lema da Conferência como um novo paradigma: CIDADE PARA TODOS.

2.1 O contexto regional e o texto base

Em 2003 os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Maricá realizaram a 1ª Conferência Regional das Cidades. Em 2005 estes municípios participam de forma ainda mais ampla do segundo ciclo de Conferências das Cidades, através de atuação conjunta e paralela em três de seus quatro eixos, assumindo a coordenação dos trabalhos no eixo estadual, com a realização em Niterói da 2ª Conferência das Cidades do Estado. Os municípios do chamado eixo leste metropolitano do Rio de Janeiro se articulam não apenas para a realização da 2ª Conferência, mas principalmente para a criação de um Consórcio cujo Protocolo foi assinado em junho de 2005, mas que havia sido anunciado desde 2003 na abertura da I Conferência, na Universidade Federal Fluminense. A 2ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano amplia sua abrangência agregando o município de Cachoeiras de Macacu..

A 2ª Conferência Regional dá mais uma demonstração da integração intermunicipal com a alternância do seu local de realização, que desta vez acontecerá no Município de Itaboraí, que exerceu um papel fundamental na articulação do consórcio, cuja implementação efetiva será um dos principais temas desta conferência. Esta é uma atitude que demonstra a maturidade da nossa sociedade e a consciência que os grandes desafios que temos somente podem ser enfrentados se pensados de forma coletiva pois, como dizemos em 2003, no conturbado metropolitano nossas cidades não são ilhas.

A 2ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano reúne uma população de 1.739.077 habitantes (IBGE 2000). De acordo com o IBGE este conjunto registrou entre 1996 e 2000 uma taxa de crescimento demográfico anual de 1,74%, relativamente estabilizada neste patamar desde a década de 1980, mas com uma distribuição geográfica bastante diferenciada. Nesse mesmo período Niterói registrou uma taxa anual de 0,45%, São Gonçalo de 1,65%, Itaboraí de 4,00% e Maricá de 6,16%, o que demonstra um deslocamento cada vez maior da população em busca de acesso ao solo urbano, ultrapassando a capacidade de investimento destes municípios. Esse mesmo conjunto de cidades tinha em 1960, quando a capital federal fora transferida para Brasília, 551.000 habitantes e vinte anos mais tarde, após a fusão e a construção da ponte Rio-Niterói, 1.159.000 habitantes. O crescimento mais significativo foi o de São Gonçalo, cuja população passou de 47.000 habitantes em 1920 para 891.119 em 2000.

Por trás da frieza destes números existe uma realidade com problemas que os municípios não têm condições de enfrentar. A periferização e a favelização da população da região metropolitana são resultados, em primeiro lugar, da impossibilidade de obter-se financiamento para aquisição de casa ou lote urbanizado no mercado formal, reservado apenas às camadas com renda superior a 5 salários mínimos.

De acordo com o Ministério das Cidades (**Plano Diretor Participativo**. Brasília, 2004): "O problema da institucionalidade das regiões metropolitanas, aglomerados e microrregiões é um tema que precisa ser enfrentado. Parece evidente que não existe uma institucionalidade para gerir os aglomerados e regiões metropolitanas capaz de dar conta das ambigüidades, problemas e conflitos que permeiam os processos que ocorrem nessas regiões, e que seja capaz de implementar planos mais amplos que tenham uma visão estratégica de toda a região. Processos dessa natureza ensejam a construção de um pacto territorial que envolva todos os municípios da região. A abordagem desse tema complexo requer, também, que se estabeleça um lugar permanente para a discussão sobre a gestão metropolitana, regional e supralocal na agenda política nacional. Por outro lado, parece inócuo que os estados continuem a criar regiões metropolitanas e aglomerações urbanas desprovidas tanto de uma institucionalidade legítima quanto de recursos. Não se pode tratar cerca de 400 municípios metropolitanos como os demais. Mas essa questão deve ser enfrentada no âmbito de um debate em torno da elevação da dignidade da realidade metropolitana, no marco do pacto federativo em vigor no país".

A qualidade de nossa tecnologia democrática está diretamente ligada à participação social nas políticas públicas, o que não se constrói da noite para o dia, tampouco é resultado de imposição legal. A Constituição Federal de 1988 assevera o Estado Democrático de Direito com base na soberania popular, contudo o modelo da política representativa, por uma série de vícios históricos, ainda se manifesta como principal modelo de participação política em nosso país. Necessário, portanto, avançar em novas formas de participação, visto ser a soberania popular não apenas um direito, mas um dever de cada cidadão.

A pauta da Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano deve, destarte, estar articulada com os debates da Conferência Nacional, respondendo aos anseios das diversas municipalidades e encaminhando propostas para a discussão na Conferência Estadual das Cidades. Esta, por seu turno, deverá harmonizar as questões regionais e municipais em sistematização de trabalho conseqüente e, ao mesmo tempo, encaminhar para a conferência Nacional das Cidades, suas propostas de debate em direta correlação com o temário proposto. A Conferência Nacional das Cidades possui como tema "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano", o qual se subdivide em quatro temas de desenvolvimento: Participação e Controle Social; Questão Federativa; Política Urbana regional e Metropolitana; e Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

É importante ter em mente que as questões debatidas nos ciclos iniciais das Conferências das Cidades devem procurar estar relacionadas a esses grandes eixos temáticos. O objetivo central é fortalecer pontos em comum de uma política que haverá sido elaborada passo a passo pela força conjunta da sociedade. Tal aspecto não implica em deixar de considerar aspectos relevantes da política urbana local que escapem ao temário proposto, mas implica em trabalhar

de forma sintética e objetiva, distinguindo entre planejamentos e metas locais e regionais e perspectivas estaduais e nacionais.

2.2. A questão do recorte espacial e das muitas territorialidades (texto extraído de Ministérios das Cidades. Plano Diretor participativo. Brasília: 2004)

A noção comumente aceita de aglomeração urbana, qualquer que seja a escala assumida pelo processo de urbanização, pressupõe a existência de uma única área urbana, entendida como realidade socio-espacial-econômica-ambiental-funcional, formada por mais de um município, entendido enquanto uma unidade político-administrativa. Assim, está implícita a hipótese de que há a necessidade de algum grau de gestão compartilhada ou de tratamento conjunto dos problemas e potencialidades, ou seja, significa que a busca de tais formas de planejamento e gestão é uma imposição da realidade concreta.

Há um número cada vez maior, independente de existirem acordos institucionais mais amplos, de iniciativas que merecem destaque por seu caráter inovador e pelo efeito de demonstração regional no trato das questões socioambientais, como aterros sanitários ou políticas microrregionais de controle da poluição. Poucas e tímidas são ainda as experiências nas áreas de regularização fundiária e habitacional, saneamento básico e políticas territoriais. São muitas e diversificadas as territorialidades que podem ser objeto de desenvolvimento regional. Podemos nos referir a um conjunto de municípios que formalmente constituem uma região metropolitana "tradicional", a exemplo de várias das regiões metropolitanas instituídas na década de 70, marcada por relações centro-periferia. Pode-se pensar em outras regiões metropolitanas, formalmente constituídas pós-Constituição de 1988, formadas a partir da conurbação de áreas urbanas onde a dinâmica regional é marcada por menor desigualdade entre os municípios, ainda que a segregação socioespacial esteja presente no nível intra-urbano. Há ainda inúmeras aglomerações de municípios, formalmente reconhecidas como aglomerações urbanas ou não, estruturadas em torno de uma história microrregional compartilhada, que muitas vezes apresentam relações de complementaridade e dependência em torno de setores produtivos específicos, a exemplo do turismo regional, conjunto de pequenas indústrias tradicionais, centros universitários, entre outros. Há uma nova territorialidade da gestão regional que se torna cada vez mais presente, como realidade sociopolítica, estruturada em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais. Algumas dessas novas territorialidades vêm sendo acompanhadas de novos modelos de gestão, sendo emblemático o caso das bacias hidrográficas e da institucionalização do modelo dos seus comitês gestores. Existem outras possibilidades como: conjuntos de áreas mineradoras, petrolíferas, entorno de reservas naturais ou de reservatórios artificiais, conjuntos históricos e turísticos, regiões costeiras, unidades de conservação que prevêm ocupações urbanas como Áreas de Proteção Ambiental (APA) -, entre muitas outras. Assim definidas essas novas territorialidades, naturalmente, são descoladas dos

limites político-administrativos institucionalizados, muitas vezes superpondo-se a eles e trazendo consigo não só novas instâncias de gestão, como também se materializando em novos campos de conflitos e lutas sociais em torno de questões reconhecidas como socioambientais e que demandam um tratamento compartilhado das questões comuns. Dessa maneira, a elaboração de forma desarticulada, de Planos Diretores em municípios que mantém fortes relações sociais e econômicas entre si, não poderá gerar bons resultados, nem mesmo para a região e nem mesmo para cada um dos municípios. A construção de um pacto que articule processos locais de elaboração de planos municipais depende essencialmente da vontade política dos atores desenvolvidos no processo de planejamento e de seu comprometimento com esses processos supralocais.

2.3. Texto base da Conferência Nacional

Ao chegar à sua segunda edição, a Conferência Nacional das Cidades dá novos passos em direção ao objetivo histórico da reforma urbana. Ao definir o seu temário em 2005 - **"Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano"**, o Conselho das Cidades apontou como pauta os quatro temas que refletem os quatro maiores desafios para implantação da PNDU no País: Participação e Controle Social, Questão Federativa, Política Urbana Regional e Metropolitana, e Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

Repensar o desenvolvimento urbano, que foi praticamente ignorado pelo Governo Federal de meados dos anos 80 até o início do nosso século implica em elaborar um projeto de médio e longo prazos que tenha como meta a redução das desigualdades regionais e sociais. Trata-se de colocar na agenda do planejamento urbano o "lugar" dos mais pobres nas cidades, de questionar o modelo de expansão horizontal das cidades, a subutilização da infra-estrutura e da urbanidade instaladas, o modelo de mobilidade baseado prioritariamente no automóvel, entre outras questões.

A construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU teve seu passo inicial em 2003, na 1ª Conferência Nacional das Cidades, quando foram definidos os seus princípios e diretrizes pelos 2.510 delegados eleitos nas reuniões realizadas em todo o país. Durante 2004, o Conselho das Cidades debateu e aprovou as diretrizes para as principais políticas temáticas consideradas estruturantes do espaço urbano e de maior impacto na vida da população: habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito, planejamento territorial urbano e questão fundiária.

O caminho adotado para a definição da PNDU - a pactuação democrática -, seria certamente mais curto, caso esta fosse definida apenas por consultores em seus gabinetes, como ocorreu durante o regime militar. Não se trata apenas de amor à democracia, mas de entender que não há alternativa para formular uma política urbana sustentável e duradoura. A via da concertação nacional constitui, além de condição política, condição técnica para formular políticas públicas num país pouco acostumado a planejar investimentos e com uma sociedade pouco informada sobre tais assuntos.

Para orientar as discussões e a elaboração de propostas, cada um dos temas da 2ª Conferência é apresentado abaixo através de um sintético texto expositivo e de uma seqüência de "questões orientadoras", formuladas para gerar a contribuição da sociedade desde as conferências nos municípios e regiões. Neste período, o Conselho das Cidades também estará debatendo estes temas e prevê a elaboração de texto propositivo como contribuição para as conferências estaduais.

2.4. Avaliação do relatório final da 1ª Conferência das Cidades do Leste Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro

Os representantes de Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá presentes à Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano, selecionados pelos segmentos da sociedade civil e Poder Público, se reuniram durante os dias 8, 9 e 16 de agosto de 2003 como parte do processo preparatório da Conferência das Cidades do Rio de Janeiro e da Conferência Nacional das Cidades.

Durante os três dias foram realizadas quatro mesas, cuja composição e textos foram anexados aos anais da Conferência. Após a realização das mesas os participantes se reuniram em quatro grupos de trabalho, correspondentes a cada uma das mesas, que aprovaram relatórios, submetidos à aprovação do plenário, modificados pelos destaques votados pela Plenária Final e sistematizados pela Coordenação Executiva da Conferência, conforme deliberado pela mesma plenária, que acordou a realização de uma reunião no dia 19 de agosto, na Prefeitura de Niterói.

Em 2005 a Comissão Preparatória da 2ª Conferência Regional das Cidades do Leste Metropolitano promoveu uma leitura crítica das propostas da 1ª Conferência, verificando os avanços alcançados. Esta avaliação contou com a avaliação das prefeituras de Niterói, São Gonçalo, Tanguá e Cachoeiras de Macacu. O texto anotado estará disponibilizado junto aos textos base temáticos em cada grupo de trabalho a partir das proximidades temáticas.